

JURACY MAGALHÃES: ENTRE AS MEMÓRIAS E A CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM PÚBLICA (1931-1937)

CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO*

RESUMO: Juracy Magalhães foi um dos que lutaram e se saíram vitoriosos da chamada Revolução de 1930, assumiu a interventoria na Bahia em 1931, se tornando um dos principais interlocutores do chefe do governo provisório e depois presidente indiretamente eleito, Getúlio Vargas, do qual se afastou quando das perspectivas de um golpe de estado, que ocorreu em 1937. Diante disso, o artigo se propõe a analisar, além dos fatos que marcaram o período, as representações e as imagens que se construíram sobre estes, principalmente a partir dos livros de memória produzidos direta e indiretamente por Juracy Magalhães. Nestes livros frutos de depoimentos e entrevistas concedidas a jornalistas, ou de sistematização de suas memórias, Juracy organizou uma imagem de sua atuação na vida pública do país. É justamente esta imagem e o processo de sua construção que propomos abordar.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Política, Juracy Magalhães.

“A 21 de novembro de 1931, o tenente Juracy Montenegro Magalhães tomava posse no cargo de interventor baiano. 26 anos de idade! [...]. Nenhuma plataforma à posse. Duas palavras de improviso. Apenas o compromisso de servir à Bahia e à Revolução.” (Juracy Magalhães, *Minha vida pública na Bahia*, p. 33)

“...a recepção não era brilhante, mas cordial. E era natural que não houvesse brilhantismo. Se eu fosse um político baiano, ou mesmo um simples cidadão talvez tivesse recebido também com má vontade a nomeação de um ‘tenente forasteiro’.” (Juracy Magalhães, *Minhas memórias provisórias*, p.69).

“A popularidade de Juracy na Bahia fez-se rapidamente. Não se trancou em Palácio. Não fugiu do povo. Não temeu, em tempo algum, a presença da massa.” (Juracy Magalhães, *Minha vida pública na Bahia*, p. 55).

* INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS Guanambi. Mestre em História Regional e Local.

Na Bahia, estado que ficou até as últimas horas ao lado das forças legalistas do Presidente Washington Luiz e do vencedor das eleições, Júlio Prestes, e que demonstrou um mal-estar diante do movimento de outubro de 1930, não foi fácil para Getúlio Vargas indicar um interventor que fosse do agrado das oligarquias locais (SILVA, 2000: 25-32). A constituição do poder, após a vitória do movimento, se apresentou como um problema de difícil solução (SAMPAIO, 1992: 61). Depois de nomeados interventores, de maneira efêmera, os civis Leopoldo Afrânio do Amaral (1º de Nov. de 1930 a 18 de fev. de 1931) e Artur Neiva (18 de fev. de 1931 a 15 de jul. de 1931), este cargo foi exercido de forma mais intensa e prolongada pelo militar cearense Juracy Montenegro Magalhães, que permaneceu no poder até novembro de 1937 (SAMPAIO, 1992: 63).

Forasteiro, “tenente e mancebo” (MAGALHÃES, 1957: 33), nas palavras de Simões Filho, enfrentou uma forte oposição daqueles que formavam a oligarquia baiana e que antes de 1930 conduziam os destinos do estado. Entre estes, teve como um dos opositores mais ferrenhos J. J. Seabra, político tradicional, ex-governador, deputado e ministro de Estado. Após um início de aparente colaboração, a “velha raposa” da política baiana logo lançou suas armas ao jovem interventor:

No Norte de tantos gigantes, entregue a meia dúzia de pygmeus, a Bahia é a grande sacrificada da 2ª República, a que chamávamos, em fevereiro de 32, de “Republica 2ª”. Tempo já é chegado de se entregar a Bahia a si mesma, aos seus filhos, aos seus destinos. Os dias trevosos que a terra bahiana padecendo merecem um paradeiro. (SEABRA, 1933: III).

Esta era formada por facções e que, em torno dos seus líderes se digladiavam pela posse do poder na Bahia. Ele conseguiu a proeza de unir contra si inimigos outrora irreconciliáveis.

Além desse, grandes nomes que deram as cartas na política baiana antes de 1930 como Otávio Mangabeira, Góes Calmon, Miguel Calmon, Simões Filho e Luiz Viana Filho deixaram momentaneamente as diferenças de lado e se uniram contra o interventor, em um movimento que ficou conhecido como “autonomismo” baiano (SILVA, 2000: 25-32).

Este conflito entre os lados se operou, em grande medida, pelo embate de ideias na imprensa, em discursos, em livros de memórias e denúncias, de réplicas e trélicas que semanalmente corriam os jornais e as gráficas de Salvador. Rapidamente os principais jornais da capital assumiram seu lado neste embate e seus editores e articulistas se esforçavam no sentido de arregimentar armas e munição para defender seus correligionários e se possível destruir a imagem do adversário.

Muitas vezes um mesmo jornal mudava de opinião e de lado no decorrer das contingências do momento. Fosse por causa de perseguição oficial exercida pelo então interventor que mandava prender, perseguir e exilar da Bahia jornalistas incômodos, por conta de interesses, ou pela mudança em sua direção um mesmo jornal poderia em pouco tempo elogiar quem já havia detratado e vice-versa (LINS, 1997).

Um caso emblemático foi o *Diário de Notícias*, que em 1930, por conta de sua ligação com o seabrismo, saudava entusiasticamente os revolucionários, posição que começou a mudar quando se percebeu que o velho líder estava sendo desprestigiado e alijado do processo de escolha do interventor, e se tornou um porta-voz de Seabra na oposição a Juraci. E em 1932, com a substituição de sua direção este órgão de imprensa passou a ser utilizado pelo interventor como uma voz contra seus opositores que tinham em *A Tarde* e em *O Imparcial* tribunas privilegiadas para o ataque (NOGUEIRA, 1997).

Diante disso, este artigo, se propõe a analisar, além dos fatos que marcaram o período, as representações e as imagens que se construíram sobre estes, principalmente a partir dos livros de memória produzidos direta e/ou indiretamente por Juraci Magalhães.

Nestes livros, frutos de depoimentos e entrevistas concedidas a jornalistas, ou de sistematização de suas memórias, foram organizadas imagens de sua atuação na vida pública do país. É justamente esta imagem e o processo de sua construção que propomos abordar.

Juraci Magalhães deixou suas memórias registradas em três livros. São eles, em ordem de edição: *Minha vida pública na Bahia* de 1957, prefaciado por Ruy Santos; *Minhas Memórias Provisórias*, de 1982, se configurando como um extenso depoimento cedido ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –

CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, na pessoa da pesquisadora e coordenadora da empreitada Alzira Alves de Abreu e *Juracy Magalhães: o último tenente*, também um depoimento, cedido ao escritor J. A. Gueiros e lançado em 1996. Nestes textos estão articulados depoimentos, entrevistas e anexos, nos quais estão contidos documentos como correspondências, discursos e fotografias.

Eles se configuram como importante fonte para se entender momentos cruciais da história do Brasil e da Bahia, do ponto de vista de alguém envolvido diretamente em alguns deles. Isto representa um sério problema metodológico, pois as imagens criadas são sempre enviesadas e querem imprimir juízos de valor sobre os mais variados temas tratados. Por outro lado, esta mesma questão representa uma potencialidade para a análise historiográfica, pois nos ajuda a compreender as relações entre história e memória, a maneira pela qual esta constrói o passado para satisfazer às demandas do presente de quem se lembra de e ainda de que modo ela serve à manipulação daqueles que procuram lutar por espaços de poder.

A utilização da memória enquanto fonte para o trabalho do historiador não pode ocorrer se esta não for submetida a uma minuciosa análise. O caráter e as formas da memória devem ser explicitados assim como a utilização de noções desenvolvidas por outras áreas do conhecimento que, por vezes, auxiliam o trabalho de compreensão desse objeto tão complexo e ambíguo e, mais especificamente, o seu trabalho de lembrança e rememoração.

Além de relatos memorialísticos produzidos por contemporâneos seus, correligionários e adversários políticos, que através de sua percepção, visão, julgamento sobre a trajetória do personagem e o período estudado podem enriquecer e gerar o contraditório. São eles: *O homem e o muro*, de Rubem Nogueira, *O Partido Comunista que eu conheci*, de João Falcão e *Aprendizagem do absurdo: uma casa após a outra*, de Wilson Lins.

A relação entre as diferentes abordagens produzidas pelos discursos da história e da memória deve se configurar em um problema fundamental na análise do período e das questões políticas. O confronto gerado entre a visão dos memorialistas e a imagem produzida pelo olhar do historiador proporciona a discussão de questões referentes ao

método de trabalho com esta fonte específica. Diversos livros de memórias despertaram o interesse para o estudo mais aprofundado de um capítulo importante da história política da Bahia.

Um dos elementos que mais se destacam nos textos memorialísticos de Juraci Magalhães é o empenho na construção de uma figura predominantemente pública. Já na orelha do primeiro livro pode ser lida a seguinte afirmação: “Por que a vida pública de Juracy Magalhães é na verdade o resumo de toda a sua vida” (MAGALHÃES, 1957). Esta assertiva indica desde já a maneira pela qual se desenrolará as lembranças do personagem. A organização do prefácio de *Minha vida pública* acompanha esta tendência. Desde o início da narrativa, Ruy Santos, o prefaciador, faz questão de enfatizar o destino marcado para a vida pública do jovem Juraci. “Juracy, adolescente, se entregaria, de corpo e alma, ao Liceu. Para o estudo, para a vibração estudantil, para os movimentos cívicos, para a vida de moço. Em pouco tempo era um líder”(MAGALHÃES, 1957: 14). Diante da presença de políticos experientes como JJ Seabra e Nilo Peçanha, em passagem por Fortaleza, o líder estudantil, “foi um dos cabeças das excepcionais homenagens estudantis prestadas aos grandes tribunos.”(MAGALHÃES, 1957: 15).

Daí ele se desloca para outros momentos da vida de Juraci Magalhães, onde a vida privada quase não aparece. Os tópicos do texto não falam no filho, no pai, irmão, esposo, amigo, criança. Têm destaque suas funções como soldado, revolucionário, administrador, político e baiano, cidadania que conquistou através de sua atuação pública.

Sua trajetória foi narrada a partir de papéis desempenhados em sua vida pública. A formação como soldado na academia militar no Rio de Janeiro e o contato com personagens e ideias dos movimentos tenentistas ao longo da década de 1920. Juraci foi da turma posterior aos tenentes e capitães dos 18 do Forte de Copacabana. Foi revolucionário que conspirou contra o poder estabelecido e um dos líderes, no norte, do movimento que levou à vitória a Revolução de 1930. Administrador, foi elogiado pela seriedade e capacidade com que resolvia os problemas que se apresentavam, destacou-se sua atuação no sentido de sanear as finanças e desenvolver a economia baiana, além

de ter desempenhado funções de presidente de estatais como Vale do Rio Doce e Petrobrás. Era o político que defendia o projeto de poder pensado pelos tenentes desde os levantes da década de 1920, e uma vez tendo oportunidade colocou em prática, republicanizar a república, redemocratizar e democracia e revitalizar a vida nacional, o fez enfrentando os decaídos. Assim o representou seu prefaciador.

Em *Minhas Memórias Provisórias*, o depoimento sobre sua vida familiar e sua infância ocupa apenas algumas poucas páginas, a partir daí suas memórias giram em torno da atuação na Escola Militar, confabulações no movimento revolucionário, participação na revolução no nordeste, intervenção na Bahia e etc.

Em *O Último Tenente*, ele já inicia a narrativa falando do início da sua interventoria na Bahia, descrevendo sua relação com figuras do porte de Getúlio Vargas e Juarez Távora, membro de uma família, à qual seu pai já prestara fidelidade na política do Ceará.

Sobre este mesmo período foram construídas outras memórias, de indivíduos que vivenciaram os mesmos fatos, mas, por conta de formações familiares, sociais, econômicas e políticas construíram imagens divergentes, diferenciadas daquelas reconstruídas por Juraci Magalhães. Indivíduos contemporâneos foram responsáveis por representações diversas daquelas pensadas pelo interventor, depois governador.

Rubem Nogueira (1997), integralista, desconstruiu em suas memórias intitulada *O Homem e o Muro*, vários fatos da vida do personagem em questão, principalmente quando se refere à questão da perseguição aos integralistas na Bahia e a sucessão do Presidente Getúlio Vargas.

Em suas memórias, Rubem Nogueira dedica um considerável número de páginas ao processo de desconstrução da imagem pública de Juraci Magalhães. Começa com uma denuncia que, ao que parece, é o calcanhar de Aquiles do personagem em questão: sua “pecha de carrasco de estudantes” (NOGUEIRA, 1997: 61). Esta reputação foi construída a partir dos eventos que se seguiram ao apoio dado por professores e estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia à Revolução constitucionalista de São Paulo e que resultou na prisão temporária desses manifestantes.

Este fato se tornou alvo de discussões entre Juracy e seus opositores, com a construção de defesa e ataques respectivamente. Estes o acusavam, e a seus agentes, de violência e truculência para com os prisioneiros. Tratamento que também era estendido a jornalistas e político da oposição, segundo seus adversários. “- Na Bahia é assim: xadrez para os que têm o ‘desaforo’ de não apoiar o governo!...” (SEABRA, 1933: 9).

Wilson Lins (1997), com o seu *Aprendizagem do absurdo: uma casa após a outra*, filho e herdeiro político do Coronel Franklin Lins do Albuquerque, chefe político da região do São Francisco e que após a caça às bruxas pós 1930 se estabeleceu como um dos principais pilares da política juracista, relatou o processo de acomodação dos coronéis do interior à política proveniente do movimento de 1930. E João Falcão (1998), filho de um importante comerciante de Feira de Santana e que rememorou sua vida dentro do contexto da vida do Partido Comunista do Brasil no momento em que Juraci era interventor e governador constitucional da Bahia.

A partir destas memórias, aliadas à análise dos jornais e às chamadas fontes oficiais podemos chegar a uma imagem do que pode ter sido a vida de Juraci Magalhães no período histórico acima referido.

A história política da Bahia a partir da década de 1930 foi marcada pela presença de Juraci Magalhães. O tenente, jovem de 26 anos estreitamente ligado à Revolução de 30, assumiu a interventoria do estado em 1931, enfrentado a oposição da oligarquia baiana, e a partir desse momento não deixou de participar ativamente da vida pública do estado. Permaneceu à frente da administração até 1937.

Juntou-se aos seus antigos adversários do autonomismo e aliado à Otávio Mangabeira se colocou na oposição ao Estado Novo e foi juntamente ao tradicional político baiano um dos fundadores da UDN na Bahia. Por esta legenda se elegeu deputado federal constituinte, em 1946, ainda foi senador e mais uma vez governador da Bahia. Além de cargos como Ministro das relações Exteriores e presidente da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás¹.

¹ Estas informações podem ser encontradas nos três livros de memórias recolhidos de Juracy Magalhães citados anteriormente.

Portanto, pensar em questões políticas na Bahia no período em questão e posteriormente, é necessariamente levar em consideração a ação do personagem, sua presença física e influência nos processos decisórios, administrativos e correlação de forças nessa arena. O tenente que veio para combater os chefes político tradicionais tornou-se um entre eles e o seu nome virou corrente política. Entre os muitos “ismos” que caracterizavam, e ainda caracterizam, a disputa pelo poder no estado, o “juracisismo” imprimiu sua marca e dominou a cena baiana por um tempo relativamente extenso (CARVALHO, 2005).

Vários trabalhos historiográficos têm abordado temas ligados à política na Bahia entre as décadas de 1930 e 1940. O movimento autonomista², a organização da ANL (PRIMO, 2006) e do Integralismo na Bahia (FERREIRA, 2009) e seus desdobramentos e as disputas por simpatizantes, bem como suas relações com os poderes constituídos. Neste caso, não há como deixar de mencionar a ação política de Juraci.

Outros trabalhos se debruçam diretamente pela trajetória política do personagem, ora narrando a construção de sua hegemonia, o processo de arregimentação de sua base aliada por todo estado e a montagem do que ficou conhecido como o “juracisismo” (CARVALHO, 2005). Ora analisando o fato de um jovem tenente de outro estado, um forasteiro conseguiu construir uma situação de unanimidade em pouco tempo de ação (PINHO, 2010).

Entre as fontes utilizadas na pesquisa e produção destes estudos os livros de memórias se configuraram como substrato privilegiado e deles foram retiradas informações fundamentais sobre uma época e personalidades que marcaram a história social e política da Bahia e do Brasil.

As memórias de Juraci em seus três livros, de Wilson Lins, Rubem Nogueira e João Falcão não são de maneira alguma desconhecidas por aqueles que estudaram os temas, época e personagens acima arrolados. Acrescente-se ainda os “livros-denúncia”

² Cf. o trabalho do professor Paulo Santos Silva sobre a formação da oposição autonomista na Bahia. *Âncoras de Tradição*, citado anteriormente.

contra o interventor/governador de lavra de J. J. Seabra (1933 e 1936) e o “livro-defesa” organizado como resposta aos ataques (MAGALHÃES, 1934).

Neles podem ser colhidas imagens dos pontos em disputa no jogo do poder, além de gerar questões necessárias para análise do que foi realizado ou negligenciado no dito governo. Qualquer um dos trabalhos citados acima apresentam em sua lista de fontes estes livros.

Além dos jornais, pois era na imprensa escrita que reverberavam as contendas, os desafios e desaforos entre os adversários de hora, pois alterações nos quadros poderiam gerar mudança de opinião e principalmente de posição, uma vez que inimigos mortais se transformavam nos aliados de então. Cada jornal apresentava uma coloração ideológica, era órgão oficial de determinado partido e, portanto, trazia em suas páginas as paixões partidárias e personalistas dos líderes políticos. Situação que poderia se alterar de acordo com as contingências de momento, como mudança de direção, editores, redatores e proprietários.

Todas estas fontes citadas acima podem ser vistas para além de depósitos de informações. Tomado seus escritos como objeto pode-se captar o processo de construção da imagem que se quer mostrar de si e dos outros. Mesmo sendo alvo de estudos por vários pesquisadores, Juraci Magalhães ainda não teve suas memórias analisadas a fundo. Ou seja, não se tomou a memória por problema, inserindo-a em seu contexto sociocultural, não foram interrogadas suas pretensões e intencionalidades para desse modo se extrair as imagens em disputa sobre determinado indivíduo, época, grupo social e acontecimento histórico.

A memória é um objeto complexo que necessita de uma análise mais apurada de suas operações e de suas interações entre o nível individual e o coletivo. Este é um debate que remonta ao século XIX e que atravessou todo o século XX. Nele encastelaram-se intelectuais das diversas ciências sociais, como filósofos, sociólogos e psicanalistas. As principais questões em disputa giravam em torno do caráter, da natureza e da primazia do individual, das operações mentais e fisiológicas da memória, ou da importância do meio, do grupo social para definir o que dever ser lembrado e como deve surgir a lembrança.

O filósofo francês Henri Bergson tratou a memória como um fenômeno puramente individual. Destacou os mecanismos corporais e psíquicos que interferem diretamente nos processos de construção das lembranças. Ele dividiu a memória em duas formas específicas; a memória-hábito e a memória-lembrança. A primeira se constrói através da repetição e do exercício constante e é responsável pelas ações e práticas dos indivíduos. A segunda se reporta à capacidade de representação da memória, ou seja, a propriedade psíquica que o corpo humano tem de criar imagens de objetos, pessoas e fatos ausentes (BERGSON, 1999).

Neste caso, seriam as funções corporais e psíquicas que entrariam em ação para captar as informações do meio e processá-las, gerando a capacidade de aprendizagem e de se reportar a eventos do passado. Cada memória seria algo intrinsecamente individual, onde as sugestões e as motivações, o meio cultural, social e coletivo não teriam força para interferir nas lembranças das pessoas. Esta proposta de análise dos processos da memória foi discutida e negada por Maurice Halbwachs. O sociólogo durkheiminiano analisou a memória e a considerou um fenômeno essencialmente coletivo. Ele destacou a força do grupo nas lembranças dos indivíduos, afirmando que é o grupo que dá suporte para as memórias e que ninguém tem a capacidade de ter lembranças individualmente. A mudança de grupo também gera mudança na produção da memória e o distanciamento do meio de convivência pode provocar o apagamento ou enfraquecimento da memória produzida conjuntamente com este.(HALBWACHS, 1990).

Ele não negligenciou a importância da individualidade neste processo e articulou uma maneira de entender como encaixar a memória individual em um ambiente onde o grupo tem força para definir o que, como e por que lembrar. Para Halbwachs a memória individual seria um ponto de vista, um olhar da pessoa sobre a memória coletiva. O indivíduo seleciona fatos e imagens da memória coletiva e cria o seu cabedal de lembranças, ou seja, neste ponto ele articulou a força do grupo com a capacidade dos indivíduos utilizarem o arcabouço produzido pelo meio social para produzirem suas próprias lembranças.

Alguns aspectos da memória de Juraci Magalhães sinalizavam para este fato, apesar da força do grupo no processo de rememoração. Ele apresentou elaboradas lembranças sobre sua participação ativa em diversos eventos da política estadual e nacional, a partir de momentos anteriores à década de 1930.

Neste caso específico está em pauta a discussão sobre as memórias de um político, de um homem público que se colocou como protagonista de importantes capítulos da história baiana e brasileira. Ele reconstruiu o passado, ressignificou sua percepção do espaço em que atuou, produziu uma descrição desse espaço e as tramas que o envolveu.

Enquanto um homem público, ligado à vida política, militar e administrativa ele a apresenta,

mais organizada, mais estruturada, na medida em que ela é importante instrumento de trabalho. – é fundamental que o político profissional armazene informações, detalhes de cada acontecimento de que participou, pois é sobre esse material que ele trabalha, manipula, trama e influencia (MAGALHÃES, 1982: 19).

Esta rememoração é um verdadeiro trabalho de composição (THOMSON, 1997: 51-84) da memória, onde as reminiscências são construídas para reorganizar o passado em função do presente e para dar sentido a este. A memória está em permanente processo de construção, pois nossas experiências presentes e o ambiente social em que vivemos exigem de nós a criação de um passado com o qual possamos conviver com um mínimo de satisfação.

Segundo PollaK (1989: 202-203), a memória, quando em ação pode se ancorar em personagens, lugares e acontecimentos, ele os chama de os três critérios da memória, eles podem vir a tona nas lembranças como algo focado concretamente na realidade ou podem também ser frutos do que podemos chamar aqui de operações da memória, porque são maneiras através das quais pode se realizar uma reminiscência, quais sejam, a projeção, a transferência e a seleção. Através das duas primeiras o indivíduo pode se lembrar de algo que não viveu empiricamente, mas que faz parte do repertório cultural

comum de seu grupo e ele acaba se lembrando por tabela de algum lugar, evento ou pessoa. No caso da última ele nos diz que “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1989: 203).

Mesmo ressaltando a influência que os grupos desempenham na constituição da memória, o italiano Portelli (1997: 25-39) acredita que, a despeito do meio social moldando algumas características da memória, quem de fato lembra é o indivíduo, o ato de lembrar para ele é pessoal, mesmo estando duas pessoas em um grupo comum, suas lembranças jamais serão iguais. Neste caso estão postas as questões para o debate entre, vamos chamar assim, estas duas correntes sobre a predominância do individual ou do coletivo no processo de rememoração.

É importante ressaltar também que o lugar de onde se fala, e de onde se escreve desempenha uma influência grande na escrita. Valores culturais são compartilhados e mesmo opiniões estritamente pessoais acabam sofrendo em alguma medida as influências de certo ambiente sócio-cultural.

Mais volto mais uma vez a salientar que não se trata absolutamente de algo simples e direto, esta influência do grupo não se dá de maneira inexorável e determinista, há uma interação complexa entre uma memória que é pessoal e uma memória social. O grupo com suas pressões, seu ambiente cultural, com suas acomodações moldam de certa forma o caráter de nossas lembranças, mas considero importante também o filtro que cada um coloca a estas transformando-as em algo intrinsecamente individual.

Estas memórias tornam-se também alvo de acirradas disputas em conflitos sociais e intragrúpicos, além de possuírem um caráter inexoravelmente histórico, ou seja, não são absolutamente imóveis, estão sujeitas às constantes transformações, onde as contingências do presente sugerem uma reordenação de determinado passado³.

Outra questão que suscita discussão é a apropriação da memória pela história e como se dá esta relação na produção de conhecimento histórico e as implicações nas pesquisas que se utilizam do substrato da memória como fonte. Nesta relação é

³ Este caráter da memória que se move de acordo com as circunstâncias do presente podem ser melhor esclarecidas conferindo-se o texto de Thomson citado anteriormente, e que de alguma forma já foi explicitado no texto.

necessário entender os seus limites, suas aproximações e distanciamentos, além de suas semelhanças e diferenças.

Discutindo a questão referente aos lugares da memória e suas implicações no processo de desagregação de determinado tipo de manifestação deste fenômeno, Pierre Nora estabelece algumas diferenças na relação de tensão entre o olhar historiográfico e os processos de rememoração (NORA, 1993). Para ele, história e memória estão em lugares opostos e destaca aquilo que diferencia uma da outra. Desse modo, ele diz que a memória está vinculada à vida e por isso está sempre em evolução, suscetível à mudança e à transformação, onde a lembrança e o esquecimento a tornam sempre aberta às reviravoltas e surpresas. É “vulnerável a todos os usos e manipulações” (NORA, 1993: 9), sofre com as latências e se vale de revitalizações. Está ligada à afetividade e suas lembranças são “vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas censuras ou projeções” (NORA, 1993: 9). A memória sacraliza a lembrança e é múltipla, pois múltiplos são os grupos que dão suporte a ela. Para finalizar, Nora concebe a memória como algo absoluto.

De maneira simultânea, ao caracterizar a memória, Pierre Nora fez o contraponto imediato com a história. Em sua análise, esta é uma reconstrução artificial, “problemática e incompleta” do passado. É uma operação intelectual que dessacraliza e necessita de análise crítica. Tem uma tendência ao universal e sua operação consiste em criar continuidades temporais, evoluções e as relações entre coisas diferenciadas entre si.

Nesta relação conflituosa, a história seria a responsável pela destruição da “memória espontânea”. O discurso crítico da história está sempre a desconfiar e a suspeitar das operações da memória, pois sua missão é destruir e repelir a memória, através da deslegitimação do passado vivido.

Este texto compreende as indicações de Pierre Nora e questionar o texto memorialístico carregado de desconfiança e olhar crítico. O que significa dizer que a narrativa memorialista passa pelo filtro do método historiográfico. É interrogada e posta em contato com outros olhares sobre a política, para que a partir daí, esta seja concebida como uma leitura diferenciada.

No trabalho com a memória, o historiador não pode abrir mão da desconfiança e do olhar crítico, comportamento recorrente com a utilização de variadas fontes. Mas este procedimento, em relação a este substrato específico, deve se complementar com “aquele de uma coleta do sentido, que visa à apropriação das diversas sedimentações do sentido, legadas pelas gerações precedentes, dos possíveis não confessados que unem o passado dos vencidos e dos mudos da história.” (NORA, 1993: 9).

Vale dizer que não há uma realidade política, social e imediata do passado real, existem apenas maneiras díspares de representá-lo. A memória foi o ponto de partida que despertou o interesse pela pesquisa da história política da Bahia. Se, suas visões não são correspondentes ao crivo da história, não significa que estejam mentindo. Inventando talvez, mas, a invenção é também um problema para o historiador enfrentar e, na medida do possível, resolver. Assim, não interessa buscar as mentiras e falsidades produzidas pela memória e, sim, desvendar os sentidos produzidos pelas suas lembranças, as possíveis motivações que despertaram o fenômeno da rememoração.

Tentou-se trazer à tona visões e leituras diferentes e conflitantes do período em estudo. Analisar versões díspares do passado da Bahia. Pressupõe desvendar as diferentes vozes que se levantaram, e suas estratégias para se legitimar no imaginário de sua população. Em linhas gerais, as questões políticas do estado na década de 1930 serão tratadas sob crivos diferenciados, que, no entanto, se completam, pois trazem a operação crítica da história na construção da narrativa. Este passado é percebido sob o olhar das produções da memória, que construiu uma leitura deste, distante do local e da época do narrado, vivendo em um lapso espaço-temporal, e, portanto, que apresenta peculiaridades submetidas ao olhar do historiador que despojou o texto do essencialismo, e dessacralizando sua leitura da realidade, o confrontou com outras imagens: conflitantes e complementares e que deverá influenciar a estrutura do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSON. Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 19, 1997.

CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do Juracisismo: um perfil da política baiana*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2005.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. V 2.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____(Direção). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 3º. Volume Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1983.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial 1933-1937*. Salvador: EDUFBA, 2009.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: o início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v2)

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

____ e SCHMIDT, Benito Bisso (Org.) *Memórias e Narrativas Autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSBAWM, Erich. e RANGER Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930 – 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LINS, Wilson. *Aprendizagem do absurdo: uma casa após a outra*. Salvador: EGBa, 1997.
- MAGALHÃES, Juraci M. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.
- _____. *Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *O último tenente: depoimento a J. A. Gueiros*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. *Defendendo meu governo: explicações à Bahia a propósito de um livro de J.J. Seabra*. Salvador: Naval, 1934.
- NOGUEIRA, Rubem. *O homem e o muro: memórias políticas e outras*. São Paulo: Edições GRD, 1997.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, Dez. 1993.
- PINHO, Ana Luiza Araujo Caribé de Araujo. *De forasteiro a unanimidade: a interventoria de Juraci Magalhães na Bahia (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2010. 154 f.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Estudos históricos*, nº 10, Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral*. In: *Projeto história* nº 15, Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História - PUC/SP. São Paulo: fevereiro de 1997, p. 25-39.
- PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos Vermelhos: A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira 1934-1937*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2006.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação: O Legislativo na Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SEABRA, José Joaquim. *Humilhação e devastação da Bahia*. Salvador: Cia. Editora Gráfica, 1933.

_____. *Esfola de um mentiroso*. Salvador, S/E, 1936.

História Oral e as memórias. Ética e História Oral. In: *Projeto história* nº 15, Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História - PUC/SP. São Paulo: fevereiro de 1997, p. 51-84.